



Índios mundurucus instalam placa delimitadora da terra indígena Sawré Muybu, fornecida pelo Greenpeace e que imita as do governo federal; ao lado, tábuas pedem respeito à 'terra-mãe'

MARCELO LEITE  
ENVIADO ESPECIAL A SAWRÉ MUYBU (PA)

Num barranco do rio Tapajós, a menos de 30 km de onde será construída a usina hidrelétrica de São Luiz, o “capitão” Juez Munduruku, da aldeia Sawré Muybu, ajeita os colares de contas atravessados no peito. Começa a discursar: “Bom dia a todos e todas”.

Está rodeado de outros mundurucus, nome dado pelos antigos inimigos parintintins e que significa “formigas de fogo”. Há alguns “pariwat” (brancos), reunidos para a fixação de mais uma placa delimitadora da terra indígena que leva o nome da aldeia.

“Sawe!”, gritam todos e todas em volta, na saudação tradicional. Ainda não oficializados pela União, os 1.780 km<sup>2</sup> da Sawré Muybu —quase 20% maior que o município de São Paulo— são habitados por 132 indígenas.

Fornecida pela ONG Greenpeace, a placa imita as que o governo federal usa para demarcar terras indígenas homologadas, mas não tem o logotipo da Funai. Na árvore ao lado, uma tábuas mais simples colocada há dois anos pede respeito à “terra-mãe”.

O bom guerreiro se distingue pela escolha das armas e pela destreza em seu uso. O líder Juez faz jus à fama militar dos mundurucus e recorre ao que os brancos gostam de ouvir: “todos e todas”. Afinal a guerra, agora, é de palavras, como gostam de dizer.

“Se for acontecer mesmo [a usina], vamos invadir. Todo o mundo já se comprometeu”, havia dito Juez um dia antes, num barracão erguido pela ONG na aldeia. “Vamos botar 500 guerreiros lá.”

Os mundurucus não confiam na palavra dos caciques de Brasília. Recebidos na capital depois de invadirem a obra de Belo Monte, quase 500 km a nordeste, ouviram de Gilberto Carvalho (PT), então ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, em 2013, que o Planalto podia dialogar, mas não abria mão de São Luiz do Tapajós.

O capitão-geral dos 12 mil mundurucus, Arnaldo Kabá, retrucou que os índios não abriam mão de seu rio sagrado. Juez corrobora: “Tem de me matar primeiro. Pelas minhas pernas, é difícil [sair]”.

#### NOVA BELO MONTE

A UHE São Luiz é a bola da

# ÍNDIOS CONTRA ‘NOVA BELO MONTE’

Depois de paralisar obras de Belo Monte no Xingu, índios mundurucus querem banir do seu Tapajós a principal usina hidrelétrica por construir na Amazônia



Índio mundurucu se banha numa canoa ao amanhecer nas águas do rio Tapajós, na aldeia Sawré Muybu, no Pará

vez no portfólio de expansão do setor elétrico. Terá 8.040 megawatts (MW) de capacidade e deverá gerar em média pouco mais de 4.000 MW, o que daria para abastecer uma metrópole de pelo menos 8,5 milhões de pessoas.

Em conjunto com Belo Monte (11.233 MW), que também fica no Pará, São Luiz responderá por 68% da ampliação, até 2024, da capacidade de geração hidrelétrica.

Essa fonte renovável, mas combatida por ambientalistas e índios, passará de 90.000 MW para 117.000 MW. Na região Norte (leia-se: Amazônia), ficam os últimos grandes rios brasileiros com potencial hidrelétrico não aproveitado. Ela aumentaria de 14% da capacidade instalada para 23%.

O Brasil todo, segundo projeções da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), precisará dispor de 206.000 MW.

Hoje, são 144.650 MW.

Do ponto de vista da energia firme —aquela com que a rede de distribuição pode contar—, São Luiz não difere tanto de Belo Monte. A usina do Tapajós, mais eficiente, está cotada para gerar 4.012 MW, ante 4.571 MW da controversa congênere no Xingu. Em contrapartida, vai alargar 40% mais floresta amazônica. E isso numa região mais preservada que o entorno da cidade de Altamira, em cuja vizinhança —cortada pela rodovia Transamazônica— se ergue Belo Monte.

Em abril, o Ibama suspendeu o licenciamento da usina baseado em pareceres da Funai, que apontam impactos “irreversíveis”.

#### UNIÃO E FORÇA

Enquanto a Volta Grande do Xingu é cercada por mais de uma dezena de povos e terras indígenas, o Médio Tapa-

jós é dominado pelos mundurucus. Nos séculos 17 e 18, com guerras de conquista, controlavam boa parte do território entre os rios Madeira e Xingu, afluentes do Amazonas a oeste e a leste do Tapajós.

“É diferente do que o governo enfrentou em Belo Monte”, diz Danicley de Aguiar, engenheiro florestal destacado pelo Greenpeace para atuar na Sawré Muybu. “Eles têm união. Não se dividem facilmente”, afirma.

“Será difícil o governo prosseguir com o plano da usina”, prognostica, estrangeiro, Paulo Adario, estrategista sênior de florestas da ONG. Imerso na vanguarda da luta mundurucu, Aguiar soa mais desafiador: “Duvido que o governo construa”.

A Sawré Muybu parece mesmo oferecer obstáculo bem mais sério para a usina do que as áreas dos jurunas e araras criaram para Belo

Monte. A Volta Grande do Xingu vai ter sua vazão diminuída, sem inundar diretamente terras indígenas, ao passo que as dos mundurucus perderão 7% para o lago.

Será imperativo remover algumas aldeias, como Daçe Watpu. Ela fica logo abaixo de Sawré Muybu (esta aldeia está no alto de um barranco de 50 m de altura e não será alagada, só ilhada).

A Constituição diz que “é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ‘ad referendum’ do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco”.

Foi o que bastou para travar o processo de demarcação da terra indígena. Embo-

ra já estivesse pronto havia dois anos o parecer da Funai (“relatório circunstanciado de identificação e delimitação”, no jargão indigenista), de autoria da antropóloga Bruna Cerqueira Sigmaringa Seixas, ele ficou na gaveta.

Só em 19 de abril —dois dias após a abertura do processo de impeachment ser aprovada na Câmara— a presidente Dilma Rousseff (PT) publicou o relatório no “Diário Oficial da União”. Correm agora os 90 dias de prazo para contestações.

Por conta própria, os mundurucus já iniciaram o que chamam de “autodemarcação”. Colocam as placas copiadas da Funai na expectativa de afastar madeiros, garimpeiros e palmeiros que invadem o território pelo sul.

#### PASSAGEM DOS PORCOS

Quando dizem que o Tapajós é sagrado, os mundurucus estão falando sério. Ele é o fio condutor da epopeia de Karosakaybu, o criador de todas as coisas —inclusive do Tapajós, a partir de caroços de tucumã, e das mulheres, a partir de peixes.

Uma vara de porcos selvagens (queixadas) roubou seu filho, e Karosakaybu os perseguia. Para conseguir atravessar o rio, que chega a ter vários quilômetros de largura, os animais laçaram a outra margem —“a floresta era mole”, diz Juez— e puxaram.

Formou-se assim o “fecho”, ou passagem dos porcos, ponto em que o Tapajós se afunila para pouco mais de 400 m de largura e que também será engolido.

Os pedrais e cachoeiras são igualmente sagrados, além de locais em que os índios pescam peixes cascudos (bodós). Eles serão inundados, assim como as florestas aluviais, que perderão o pulso de cheia e seca na origem da alta produtividade biológica.

As placas podem ser de mentira, e a floresta, mole, mas os mundurucus não são.

Na guerra contra as obras faraônicas dos “pariwat”, estão dispostos até a pôr as bordunas de lado e lançar mão da letra da lei dos brancos para tentar ganhar essa batalha. Para eles, palavras têm valor de vida e de morte.

Os jornalistas MARCELO LEITE e LALO DE ALMEIDA fizeram o trecho de Alta Floresta (MT) e Itaituba (PA) à Terra Indígena Sawré Muybu a convite do Greenpeace.

Fotos Lalo de Almeida/Folhapress



Menina com o seu mico de estimação na aldeia Daê Watpu; índio mundurucu navega pelo rio Tapajós, no Pará

▶ OUTRO LADO ◀

Para defensores, usina é mais barata e confiável

FERNANDA PERRIN  
SÃO PAULO

O Ministério de Minas e Energia disse, em nota, que as hidrelétricas são importantes para o crescimento do país “com nossa geografia favorável à geração desse tipo de energia, que ainda é a mais barata disponível”.

Segundo a nota, os “empreendimentos hidrelétricos modernos têm como característica o respeito ao ambiente e às populações locais” e o governo “está permanentemente aberto ao diálogo com as comunidades”.

PRÓ-HIDRELÉTRICA

Defensores do projeto dizem que o país não pode abrir mão de uma fonte de energia renovável e barata.

Para Adriano Pires, diretor da consultoria Centro Brasileiro de Infraestrutura, o país não pode “se dar ao luxo” de não construir Tapajós e as questões ambientais e indígenas devem ser “equacionadas”, mas não podem impedir a realização da obra.

“O Brasil vive nos últimos anos o que chamo de ‘ciclomotmia’, em que ora falta, ora sobra energia. Não podemos viver assim, senão a energia será sempre um problema.”

O especialista defende que São Luiz do Tapajós vai fornecer energia limpa, renovável e barata necessária para sustentar a retomada do crescimento econômico.

Esses dados têm de entrar na conta na hora da avaliação do impacto ambiental da construção, afirma Nivalde de Castro, coordenador do

Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“Você tem que fazer uma análise comparativa com outras fontes antes de dizer não”, afirma.

Para ele, usinas hidrelétricas são a melhor opção tanto em termos econômicos quanto do ponto de vista de operação, já que não sofrem da intermitência que caracteriza a eólica, por exemplo, que depende de ventos.

Atualmente, um grupo formado por Eletrobras, Eletro norte, GDF Suez, EDF, Neoen energia, Camargo Corrêa, Endesa Brasil, Cemig e Copel elabora estudos sobre o aproveitamento hidroelétrico da bacia do Tapajós, o que indica potencial interesse na obra.

Castro, da UFRJ, inclui ainda empreiteiras entre as interessadas no projeto.

CRÍTICAS

Os contrários à construção da usina dizem que a era de grandes empreendimentos centralizados, nos moldes de Belo Monte, acabou.

“Em razão da crise, o Brasil não tem demanda de energia para essa usina no curto e médio prazos”, afirma Célio Bermann, coordenador da pós-graduação em energia da USP e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético.

A oferta deve começar a ser pressionada apenas no longo prazo, o que permite ao país planejar formas alternativas de geração de energia, defende Bermann.

**F** Para Ministério do Meio Ambiente, energia eólica seria opção a usina; veja a edição especial multimídia [folha.com/indioscontrausina](http://folha.com/indioscontrausina)

RAIO-X DA USINA SÃO LUIZ DO TAPAJÓS  
Licenciamento ambiental está suspenso pelo Ibama

● Cidades ● Usinas em projeto ● Canteiros de obras ● Área que será alagada



Situação do projeto

> Em abril, o Ibama suspendeu o licenciamento, baseado em pareceres da Funai, que apontam impactos “irreversíveis”

> Governo anunciou que pretende licitar ainda neste ano

Importância

> É a maior hidrelétrica em projeto do país

**Potência instalada**  
> 8.040 MW

**Energia gerada (média)**  
> 4.012 MW

**Tamanho do reservatório**  
> 729 km<sup>2</sup>

**Quantidade de turbinas**  
> 2 de 150 MW

AS MAIORES HIDRELÉTRICAS DO PAÍS

Potência instalada, em mil MW

